



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

**CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO**

SÃO PAULO

DEZEMBRO / 2010

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Pacheco

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO

Arnaldo Augusto Ciquielo Borges

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Lourdes de Fátima Bezerra Carril

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Yoshikazu Suzumura Filho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Gersoney Tonini Pinto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

João Sinohara da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Garabed Kenchian

DIRETOR DO *CAMPUS*

Carmen Monteiro Fernandes

INDICE

	Pag.
1.IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	5
1.1 Missão	6
1.2 Histórico institucional	6
1.2.1 - A Escola de Aprendizes e Artífices da São Paulo	8
1.2.2 - O Liceu Industrial de São Paulo	9
1.2.3 - A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo	9
1.2.4 - A Escola Técnica Federal de São Paulo	11
1.2.5 - O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo	12
1.2.6 - O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo	13
1.3 - Histórico do Campus	16
2.JUSTIFICATIVA	16
3. DEMANDA DE MERCADO	19
4 OBJETIVO	19
4.1 Objetivo Geral	19
4.2 Objetivo Específico	20
5. REQUISITO DE ACESSO	20
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	21
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
7.1Estrutura curricular	25
7.2 Seminários da Prática Docente	25
7.3 Ementas	27
8. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	45
8.1 Projeto de estágio supervisionado	46
9. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	48

10. ATENDIMENTO AO DISCENTE	49
11. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	49
12. MODELO DE CERTIFICADO	49
13. NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	49
14. CORPO DOCENTE	49
15. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO	50
16. BIBLIOGRAFIA	50
17 - APENDICE	

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10882594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé - São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7563 (Reitoria)

FACSÍMILE: (11) 2763-7650

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: proensino@cefetsp.br

DADOS SIAFI: UG: 153026

GESTÃO: 15220

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELEECERAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.1 MISSÃO

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

1.2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós-1930.

Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis. Na medida em que a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade. Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino “pseudo-profissionalizante” e demasiado tecnicismo pedagógico.

Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior é que eram

reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira ao mesmo tempo em que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau.

Mais uma vez, portanto, se colocava o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política.

O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado. Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constitui o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento: a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico em que a industrialização sequer havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário.

Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguiu seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade.

Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agrotécnicas), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IF foi construído historicamente, partindo da Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

1.2.1 - A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizizes e Artífices, então localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910¹, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975². Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também, na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu

¹ A data de 24 de fevereiro é a constante na obra de FONSECA (1986).

² A respeito da localização da escola, foram encontrados indícios nos prontuário funcionais de dois de seus ex-diretores, de que teria, também, ocupado instalações da atual Avenida Brigadeiro Luis Antonio, na cidade de São Paulo.

início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais.

Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

1.2.2 - O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO³:

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937).

A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

1.2.3 - A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004).

Esta norma legal foi, juntamente com as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria “unidade de organização em todo território nacional”. Até então, “a União se limitara, apenas a regulamentar as escolas federais”, enquanto as demais, “estaduais, municipais ou

³ Apesar da Lei nº 378 determinar que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam transformadas em Liceus, na documentação encontrada no CEFET-SP o nome encontrado foi o de Liceu Industrial, conforme verificamos no Anexo II.

particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional” (FONSECA, 1986).

No momento em que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica.

A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestria e, também, dos cursos técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica. Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos, sendo eles das esferas industriais e de mestria, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituiu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionada a construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.

Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores. Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas.

Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola

Industrial à Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica⁴. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola.

Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552, foi definida pelo Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

1.2.4 - A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado

⁴ Segundo Meirelles (1994, p. 62 – 63), *apud* Barros Neto (2004), “Entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.”

o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

Ainda, com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula.

Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida em que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

No ano de 1986, pela primeira vez, após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e alunos participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antonio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas - UNEDs da escola, com a criação, em 1987, da primeira do país, no município de Cubatão. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996, na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

1.2.5 - O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), se oficializou a mudança de denominação para CEFET- SP.

Igualmente, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 a 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente, desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi impulsionada para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e construção de novos mecanismos de atuação.

1.2.6 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, sendo patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico.

Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo.

Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz respeito ao direito a educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Considerando-se, portanto, essa grande necessidade pela formação profissional de qualidade por parte dos alunos oriundos do ensino médio, especialmente nas classes populares, aliada à proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além da correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

A oferta de cursos está sempre em sintonia com os arranjos produtivos, culturais e educacionais, de âmbito local e regional. O dimensionamento dos cursos privilegia, assim, a oferta daqueles técnicos e de graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP atua na formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como na pós-graduação e pesquisa tecnológica. Avança no enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo, e no desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus*, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Este tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Atualmente, o IFSP conta com 17 *campi* e 3 *campi* avançados, sendo que o primeiro *campus* é o de São Paulo, cujo histórico já foi relatado neste panorama.

Relação dos *campi* do IFSP

Campus	Autorização de Funcionamento	Início
São Paulo	Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909	24/02/1910
Cubatão	Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987	01/04/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996	01/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006	13/02/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006	02/01/2007
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006	12/02/2007
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006	30/07/2007
Salto	Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006	02/08/2007
São Carlos	Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007	01/08/2008
São Roque	Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008	11/08/2008
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Araraquara	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Suzano	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Barretos	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Boituva (<i>campus avançado</i>)	Resolução nº 28, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Capivari (<i>campus avançado</i>)	Resolução nº 30, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Matão (<i>campus avançado</i>)	Resolução nº 29, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Avaré	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Hortolândia	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Votuporanga	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Presidente Epitácio	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Campinas	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	Em fase de instalação
Registro	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	Em fase de instalação
Bauru	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
Carapicuíba	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
Francisco Morato	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
Itapecerica da Serra	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
Itapeva	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
Itaquaquecetuba	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
Marília	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
São José dos Campos	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação
São Paulo (Zona Noroeste)	Informações do Ministério da Educação	Em fase de instalação

1.3 - Histórico do *Campus*

O ***Campus Birigui***, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, está localizado no município de Birigui, na região noroeste do estado de São Paulo. O Campus foi autorizado a funcionar por meio da Portaria nº 116, de 29 de janeiro de 2010 com início de atividades em agosto de 2010.

Birigui é conhecido como a Capital Brasileira do Calçado Infantil, por ser o maior pólo industrial do país especializado neste segmento. Conta com mais de 150 indústrias de calçados. Suas indústrias empregam em torno de 18 mil trabalhadores, mais de 60% dos empregos oferecidos na cidade. Outras atividades produtivas da cidade são dos setores moveleiro, metalúrgico, têxtil (confecções), papel (cartonagens), químico e gráfico e atraem mão-de-obra das cidades vizinhas.

Com uma área total construída de 3.656,23 m² o Campus é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com 5 blocos de edifícios, sendo Bloco Administrativo, Blocos de Salas de Aula, Biblioteca e Laboratórios e Bloco de Convívio e Cantina.

A presença do IFSP em Birigui permitirá a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região, por meio de educação gratuita e de qualidade.

2 JUSTIFICATIVA

O Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP se estrutura a partir de uma concepção de educação que reconhece a racionalidade técnica (oriunda dos cursos de bacharelado) como patrimônio científico e cultural que deve ser ressignificado no contexto da docência. Nessa perspectiva, a tarefa de formar professores requer uma prática educativa que valorize a autonomia, a criatividade e a crítica como princípios fundamentais ao exercício do magistério. Para tanto, no âmbito da sua profissionalização, o professor deve ter assegurado um processo contínuo de reflexão e discussão que considere os conteúdos específicos apenas como ferramentas que possibilitam estabelecer vínculos entre o particular e o geral, entre o singular e a totalidade visando a produção do conhecimento do estudante, no nível de sua história de vida e de suas relações concretas. Portanto, a formação deve fornecer as bases profissionais para que, num plano educativo, os conteúdos sejam (re)elaborados tendo como referencia a realidade com a qual o professor vai trabalhar.

Explicitar sobre esse processo torna-se imperativo visto que o referido curso é produto de um contexto particular que busca corrigir imperfeições/distorções no âmbito do cotidiano da sala de aula. Muitas vezes, a ausência de licenciados para a docência no ensino básico permite que outros graduados assumam a tarefa de ensinar. No caso do ensino médio profissionalizante essa situação se habitualiza visto que a dimensão técnica requer um profissional que tenha experiência no ofício e este, geralmente, é certificado pelo bacharelado e pelos cursos superiores de tecnologia.

Conforme já foi mencionado no histórico da Instituição, a prática docente do IFSP é marcada por um referencial técnico consolidado há mais de 100 anos. Nesse contexto, o trabalho do professor, geralmente, assume um caráter prático de transmissão de saberes que não valoriza o princípio educativo da práxis (como produto da articulação entre teoria e prática) e, portanto, dificulta a articulação entre o pensar e o fazer.

Buscando a correção dessa dificuldade é que se justifica a inserção de um Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional no IFSP, visto que uma parcela significativa dos professores da área técnica apresenta uma trajetória formativa identificada com o bacharelado e, portanto, carente de uma formação pedagógica mais consistente e atrelada aos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico - PPP incorporado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituição.

A vocação dos cursos técnicos em atividade no IFSP está relacionada à produção, controle e aperfeiçoamento das tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria prima que integram a linha de produção. Essa perspectiva envolve, necessariamente, o planejamento, gestão e controle da atividade industrial, explicitando um contorno específico de profissionais técnicos no exercício da docência. Por outro lado, a oferta de cursos na Instituição fortalece também o setor de serviços requerendo profissionais técnicos desprovidos de uma formação pedagógica mais sistematizada e identificada com o dia a dia da sala de aula.

Destaca-se, ainda, a situação particular do Centro Paula Souza, que possui oferta diversificada de educação profissional, abrangendo áreas não contempladas pelo IFSP, em especial a de Saúde.

Tais constatações permitem destacar que, num primeiro momento, o referido Programa de Formação Pedagógica para a Educação Profissional, para que possa abarcar a abrangência da demanda por professores deverá ser estendido à uma grande gama de graduações para as quais a universidade, tradicionalmente, não oferece licenciatura.

Concretamente, essa realidade de não oferta de licenciatura é que justifica a adesão de um “programa especial” para atender as necessidades dos professores do ensino profissionalizante, tanto do IFSP como de outras instituições de Educação Profissional.

Caracteriza-se, portanto, como atendimento a uma demanda emergencial no âmbito do Estado mais produtivo do país – São Paulo visto que não se fecha, apenas, para a realidade interna da Instituição mas abre possibilidades para outros profissionais da educação que apresentam perfil semelhante. Trata-se de um conjunto formado, especialmente, por docentes que já ministram aulas de acordo com suas especialidades e que mantêm um arcabouço de conhecimentos específicos que podem ser articulados aos saberes da docência e à pesquisa como princípio educativo e de graduados com interesse profissional voltado à docência e que não encontram formas de obtenção dos conhecimentos próprios para essa função e da licença para lecionar.

Importa lembrar que, cada oferta deste curso poderá ser feita para diferentes profissionais, cujo perfil é indicado em cada um dos editais de chamada pública.

Nesse sentido, o Programa Institucional desse Curso de Formação Pedagógica deve contar com a experiência obtida em sala de aula e em situações de aprendizagem acumuladas pelos professores participantes, para o desenvolvimento das disciplinas que deverão compor a matriz curricular e, sobretudo, no projeto destinado ao estágio supervisionado, conforme será detalhado posteriormente.

Dessa forma, o curso em foco contempla uma proposta que é muito mais do que a mera explicitação de conteúdos idealizados fora do contexto de formação do professor e procedimentos “didáticos” aceitáveis à transmissão do saber. Requer que o conhecimento seja tratado num patamar que possibilite ao professor emancipação para, em sala de aula, fazer do conteúdo, apenas, instrumento para a leitura da realidade. Assim, o conhecimento assume uma importância fundamental na formação do estudante, por ser capaz de construir e

sistematizar o pensamento, desvendando os sistemas técnicos e sociais que consolidam a história da humanidade.

Esses requisitos, necessários à formação do professor, determinam o caráter específico da sua profissionalização e possibilitam incorporar a amplitude de um processo que pretende articular uma abordagem específica com os demais campos do conhecimento, visando uma análise integrada e contextualizada da realidade escolar.

Todo esse arrazoado tem como finalidade destacar os princípios do referido curso e esboçar um processo formativo que não minimiza, apressa ou simplifica a habilitação para o magistério; muito pelo contrário, incorpora o conhecimento específico acumulado e busca os nexos que articulam o conhecimento e o ato de ensinar, ou melhor, o de levar o estudante a aprender.

3 - DEMANDA DE MERCADO

Como já sinalizado, o presente Projeto tem a finalidade aprimorar os percursos formativos de docentes da área técnica do IFSP e de outras instituições de Educação Profissional que não apresentam formação específica de professores e aqueles profissionais graduados em áreas para as quais a universidade, tradicionalmente, deixa de oferecer licenciatura.

Na consolidação de seu compromisso com a formação profissional em geral, desenvolvida há mais de 100 anos, o IFSP se compromete também com essa tarefa: formar profissionais docentes capazes de atuar de forma sistematizada na formação profissional.

Levantamento feito junto aos docentes do Campus Birigui mostrou a necessidade e vontade de grande parte dos professores em adquirirem a licenciatura. Essa amostra foi fortemente reforçada pela demanda dos professores do Centro Paula Souza, que somam mais de dois mil interessados.

4. OBJETIVO

4.1 – Objetivo Geral

De acordo com a Resolução nº 02 de 26 de junho de 1997, este curso deve formar docentes portadores de diploma de Nível Superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional em Nível Médio.

O objetivo central do Curso de Formação Pedagógica do IFSP – Campus Birigui é o de formar professores que, no exercício da docência, contribuam de maneira autônoma, crítica, criativa e participativa para a construção de uma sociedade democrática que valorize o exercício pleno da cidadania com equidade, solidariedade e justiça social.

Para tanto, o Curso deve propiciar uma análise educacional que contemple a integração entre teoria e prática, com o intuito de articular o conhecimento científico, conhecimento pedagógico e experiência refletida, como requisitos indispensáveis à atuação do professor na educação básica, sobretudo, no ensino técnico profissionalizantes.

Portanto, o que se pretende assegurar é uma proposta de curso que estimule a reflexão e o debate estabelecidos no plano coletivo, tendo a pesquisa como princípio político educativo e o conhecimento específico acumulado como referencial de análise pedagógica.

4.2 - Objetivo Específico

São objetivos específicos do Programa Especial de Formação Pedagógica – Campus Birigui:

- Fornecer bases consistentes para a formação pedagógica de professores portadores de diplomas de educação superior que atuam ou desejam atuar na educação profissional em nível médio.
- Possibilitar a reflexão sobre os referenciais da educação com vistas a integrar o conhecimento específico de professores das áreas técnicas ao conhecimento pedagógico.
- Reconhecer o cotidiano da docência em cursos profissionalizantes de nível médio visando efetivar a necessária relação entre teoria e prática.

5 - REQUISITO DE ACESSO

Poderão ingressar no Programa Especial de Formação Pedagógica a ser ministrado do Campus Birigui do IFSP, os possuidores da seguinte formação:

5.1.2. Dentro da área de **Ciências Exatas e da Terra** os portadores de diploma nas sub-áreas de: Ciências da Computação; Astronomia, Geociências e Oceanografia;

5.1.3. Dentro da área de **Ciências Biológicas** os portadores de diploma nas sub-áreas de: Zoologia e Bioquímica;

5.1.4. Os portadores de diplomas na área das **Engenharias**, a saber: Ambiental, Civil, de Minas, de Materiais e Metalurgia, Elétrica, Mecânica, Química, Sanitária, de Produção, Nuclear, de Transportes, Naval e Oceânica, Aeroespacial, Biomédica;

5.1.5. Dentro da área de **Ciências da Saúde** os portadores de diploma nas sub-áreas de: Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição, Saúde Coletiva, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

5.1.6. Os portadores de diplomas na área das **Ciências Agrárias**, a saber: Agronomia, Recursos Florestais, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, Ciência e Tecnologia de Alimentos;

5.1.7. Os portadores de diplomas na área das **Ciências Sociais Aplicadas**, a saber: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo;

5.1.8. Dentro da área de **Ciências Humanas** os portadores de diploma nas sub-área de: Antropologia, Arqueologia e Psicologia;

5.1.9. Os portadores de **diplomas de tecnologia** correspondentes aos Eixos Tecnológicos de Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar e Produção Alimentícia.

Serão oferecidas, no mínimo, 40 vagas por ano.

6 – PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional em Nível Médio do IFSP pretende formar professores que sejam capazes de reconhecer a realidade identificada no Projeto Político Pedagógico da Instituição onde atua/irá atuar, enfrentando suas contradições e opinando, refletindo e questionando sobre esses contextos sociais numa perspectiva de (re)elaboração, criação e crítica contribuindo, dessa forma, para a formação do cidadão consciente, capaz de intervir conscientemente no mundo do trabalho e se envolver com a transformação do mundo que vive.

Nesse sentido, deverá saber lidar com uma abordagem específica, e, ao mesmo tempo, se vincular com os demais campos do conhecimento, visando uma análise integrada e contextualizada à realidade escolar.

Do ponto de vista de suas **COMPETÊNCIAS e HABILIDADES**, o Programa Especial Formação Pedagógica para a Educação Profissional- Campus Birigui, pretende um profissional egresso que:

- Participe do processo educativo a partir de preceitos éticos, democráticos e profissionais, como condição básica para o exercício da docência;
- compreenda os processos econômicos, políticos, sociais e ambientais como definidores dos contornos da realidade e esta como referência do processo de aprendizagem ;
- constate a realidade do aluno como indicativo do desenvolvimento de projetos político-pedagógicos;
- veicule a discussão e manipulação da ciência, seus métodos e suas implicações na aprendizagem de seus conteúdos;
- articule os movimentos da realidade e os processos históricos que explicitam e justificam a organização da sociedade e, por correspondência, com o mundo do trabalho;
- estabeleça os vínculos entre o particular e o geral, entre o fragmento e a totalidade, possibilitando uma visão articulada da realidade;
- analise, discuta e interaja sobre a gestão da escola e da educação;

- facilite a coordenação de estudos sobre a realidade da comunidade em que está inserida a escola e o aluno com vistas a um processo permanente de revisão da prática docente;
- possibilite a análise e crítica do material didático disponível para a educação básica, prioritariamente aqueles destinados ao ensino técnico profissionalizante;
- elabore material didático alternativo para o cotidiano da atividade docente;
- promova o desenvolvimento de ações para o planejamento e avaliação do processo pedagógico;
- discuta as diferentes teorias de ensino / aprendizagem e suas respectivas propostas metodológicas;
- desenvolva propostas interdisciplinares;
- facilite o trabalho coletivo com vistas à sistematização e socialização da prática docente.

Conforme determinação do Conselho Superior do IFSP, a habilitação final do estudante será por área profissional e não por disciplina. Ex: o certificado sairá como: habilitado em licenciatura plena para as disciplinas da formação profissional de nível médio na área de (Administração, Mecânica, Elétrica, Saúde/Biológicas).

Embora a Resolução 002/97 faça referência a disciplinas, o Parecer CNE/CES 004/97, assim recomenda:

“As disciplinas, ou áreas de conhecimento, também apresentam diferenças, cujo atendimento tem que ser feito com cuidado. Sabe-se que a falta de professores se dá especialmente nas disciplinas de matemática, física, química, geografia, mas sabe-se também que essa falta não se apresenta de maneira idêntica por todo o país, por isso sendo muito importante a consideração da situação específica de cada local”.

7 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional em Nível Médio toma como ponto de partida seu caráter emergencial e especial conforme assegura o princípio legal da Resolução CNE nº 2, de 26 de junho de 1997, e a formação dos Profissionais da Educação segundo a LDBEN nº 9.394/96.

Para tanto, busca mediar uma formação consolidada em princípios que resguardem uma qualidade educativa nos espaços cultural, histórico e social, construindo uma proposta curricular que proporcione aos professores ingressos uma formação consolidada na pedagogia como um campo científico e profissional.

Dessa forma os princípios norteadores da organização curricular aqui apresentada, primam pela **articulação entre teoria e prática** compreendendo o ensino como uma práxis cultural que se constrói com os “estudantes em contato direto e pessoal com a cultura geral e científica própria do campo educativo”. Pela **responsabilidade coletiva dos formadores** os quais são responsáveis por disciplinas que formam um campo de estudo e, portanto devem manter-se integrados a fim de poderem trabalhar com o professor-estudante a interlocução destes conhecimentos. Pela **integração com o meio escolar** no qual o professo-estudante irá realizar os seus estágios, uma vez que o objetivo é proporcionar o contato com os saberes da experiência na prática profissional. Pela **participação dos professores-estudantes como atores responsáveis pela sua própria prática** sejam como professores em exercício ou como estagiários. Pela **avaliação contínua** como parte integrante do cotidiano do curso, através de reuniões sistemáticas de todos os professores-formadores. Por fim, pelo princípio da **pesquisa na formação** na qual a ação é também formadora e objeto de análise para se construir categorias que possam ser melhor investigadas à luz dos conhecimentos estudados/construídos.

Em respeito aos preceitos legais da resolução *supracitada* a organização curricular terá como eixos norteadores os núcleos contextual, estrutural e integrador. Cada núcleo trabalhará com conhecimentos que contribuam para a atuação tanto em sala de aula como na escola enquanto instituição de ensino que possuiu uma função social que é estruturada com uma rede complexa de gestão. Portanto, esses núcleos estão representados pelas seguintes disciplinas e vivências:

NÚCLEO CONTEXTUAL (NC): História da Educação; Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação; Políticas Públicas e Organização da Educação Básica e Linguagem Brasileira de Sinais.


NÚCLEO ESTRUTURAL (NE): Escola e Currículo; Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino.

NÚCLEO INTEGRADOR (NI): Seminários da Prática Docente; Estágio Curricular Supervisionado

Destaca-se que os componentes de Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2 e Seminários de Prática Docente 2 serão ministrados com divisão entre as turmas, de acordo com as áreas de formação e ministradas por professores com experiência de docência na Educação Profissional.

O curso contará com colegiado de curso conforme Instrução Normativa nº 02/PRE, de 26 de março de 2010. Portaria nº 116, de 29 de janeiro de 2010.

7.1 – Estrutura curricular

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO Criação: Lei nº11.892 de 29 de dezembro de 2008 CÂMPUS BIRIGUI Autorização de Funcionamento do Câmpus Birigui: Portaria MEC nº116, de 29 de janeiro de 2010 ESTRUTURA CURRICULAR: PROGRAMA E SPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA Base Legal: Lei nº 9394/1996, Resolução CNE/CES nº02/97 de 22 de junho de 1997 e legislação complement. Autorização de funcionamento do Curso: Resolução CS nº237 de 02 de março de 2011							CARGA HORÁRIA DO CURSO		
							585		
NÚCLEO	Componente Curricular	Cód. Discipl.	Trat. Metod.	Núm. Profs.	Mínimo de Aulas		Total aulas	Total horas	
					1º	2º			
1º SEMESTRE	NC	História da Educação	HED	T	1	2		38	32
	NC	Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação	FSE	T	1	2		38	32
	NE	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino I	DM1	T	1	2		38	32
	NI	Seminários da Prática Docente I	SP1	T	1	2		38	32
2º SEMESTRE	NC	Políticas Públicas e Organização da Educação Básica	POE	T	1		2	38	32
	NE	Escola e Currículo	ESC	T	1		2	38	32
	NE	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino II	DM2	T/P	1		2	38	32
	NI	Seminários da Prática Docente II	SP2	T/P	1		2	38	32
	NC	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	LIB	T/P	1		2	38	32
TOTAL MÍNIMO DE AULAS							342	285	
MINIMO DE HORAS PRESENCIAIS								228	
MÁXIMO DE HORAS EM EAD								57	
TOTAL DE HORAS								285	
TOTAL HORAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - III (A SER DESENVOLVIDO DESDE O INÍCIO DO CURSO)								300	

Até 20% da carga-horária global poderá ser desenvolvida com metodologia semi-presencial.

7.2 - Seminários da Prática Docente

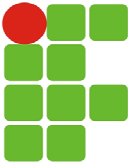
Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e analisada pelos professores-estudantes participantes do curso de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

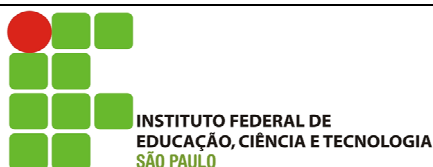
Essa concepção dos Seminários assume a compreensão do conhecimento como construção que se realiza a partir da reflexão e sistematização teórica sobre a atividade profissional de forma simultânea e integrada aos processos de exercício, observação e discussão dessa atividade.

Dessa forma, os seminários devem trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas a fim de integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares, como também poderá buscar outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente.

Portanto, os seminários seguem na direção de sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente. Desencadeando uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos professores estudantes, assim como das vivências dos estágios. Observa-se que esta vivência curricular poderá ser profícua para a aprendizagem coletiva e individual, desde que se possa trabalhar com as experiências dos professores-estudantes, levando-os a desenvolver uma análise rigorosa de suas práticas docentes na Educação Profissional analisando as problemáticas surgidas à luz das categorias teóricas estudadas.

7.3 –Ementas:

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO	
Componente curricular: História da Educação	Código: HED
Ano/ Semestre: 1º. semestre	Total de horas: 32
2- EMENTA: Compreender os processos de organização da educação escolar a partir de referências concretas constantes nas várias políticas educacionais que compõem a realidade brasileira, ressaltando: o período da oligarquia cafeeira, a industrialização restringida da década de 1930, a inserção do capitalismo de base multinacional / os contornos da ditadura militar e o período de inserção de políticas neoliberais enfatizando o ensino técnico profissionalizante.	
3-OBJETIVOS: Possibilitar ao estudante a reflexão sobre as várias políticas educacionais constantes no cenário econômico brasileiro e sua relação com os liames do poder na perspectiva de se encontrar os nexos que justificam a manutenção/rupturas dos processos educacionais no transcorrer da história, principalmente aqueles vinculados ao ensino técnico profissionalizante	
4-CONTEUDO PROGRAMATICO: Elementos de organização do Brasil agrário e a educação vinculada a um projeto elitista de reprodução da ordem vigente. O manifesto dos pioneiros e o avanço da industrialização da década de 1930. A “reforma Capanema” e a consolidação de uma política educacional brasileira em meio a uma proposta de profissionalização do trabalhador. Os contornos da lei de diretrizes e bases da educação nacional 4024/1961 e a consolidação de uma política nacional de educação. A internacionalização do capitalismo no Brasil: o acordo MEC-Usaid e a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional (5692/1971). O denominado processo de abertura política, a nova constituição de 1988 e os preceitos da LDB 9394/1996 e a legislação afeta ao ensino técnico profissionalizante. Os processos de flexibilização da economia brasileira e as proposta educacionais do governo FHC.	
5-BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GHIRALDELLI, JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira . São Paulo, Cortez, 2009. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (ORG.) 500 anos de educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica 2011. SAVIANI, Dermeval & LOMBARDI, José Claudinei. (orgs) . História, Educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública . Campinas, Autores Associados, 2011.	
6-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico . Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias . São Paulo, Cortez, 2010. ROMANELLI, O. De O. História da Educação no Brasil . Petrópolis : Vozes, 2010. SAVIANI, Demerval et. al. O legado Educacional do século XX no Brasil . Campinas, SP : Autores Associados, 2006. SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia . Campinas : São Paulo. Autores Associados, 2005.	



1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação

Código: FSE

Ano/ Semestre: 1º semestre

Nº aulas semanais: até 8

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2- EMENTA:

A disciplina estuda os fundamentos sociológicos e filosóficos para a compreensão e explicação das questões referentes à sociedade e a escola, analisando os aportes da escola como instituição social e seu cotidiano a partir dos paradigmas do consenso e do conflito. Para tanto se estudam os conceitos e fins da educação, a importância da filosofia para a prática pedagógica e as concepções de homem, mundo e humanização.

3-OBJETIVOS:

Analisar as relações entre educação e sociedade à luz das explicações filosóficas e sociológicas. Estudar a escola como instituição social para compreender melhor seu papel na construção da cidadania. Compreender as concepções de educação, sociedade e mundo a fim de analisar criticamente o processo educativo. Compreender os paradigmas do consenso e do conflito para analisar a educação.

4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Fundamentos filosóficos: Importância da filosofia para a educação. Concepções de educação, sociedade e mundo para compreensão do processo de produção da existência humana. Tendências pedagógicas da prática escolar. Concepção de reflexão filosófica

Fundamentos sociológicos: Cultura e humanização. O papel do conhecimento sociológico na compreensão do processo educativo. Diferentes manifestações da educação na sociedade. O paradigma do consenso no estudo das questões sociais. O paradigma do conflito: educação como fator de mudança.

5-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2011..

GHIRALDELLI, JUNIOR, Paulo. **Filosofia da Educação**. São Paulo, Ática, 2006.

RODRIGUES, A. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro : Lamparina, 2011.

6-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro : Garamond, 2007.

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo : Moderna, 2010.

GENTILLI, Pablo, **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis : Vozes, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Sociologia**. São Paulo : Editora Barcarolla, 2010.

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. São Paulo : Planeta Brasil Editora, 2005.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional em Nível Médio

Modalidade: Ensino Superior

Componente Curricular: Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 1 | **Código disciplina:** DM1

Ano/Semestre: 2011/02

Num. aulas semanais: 02

Área: Gestão

Total de horas: 28,5

Total de aulas: 38

Número professores: 01

Conteúdos
Curriculares:

Prática de
Ensino:

Estudos:

Laboratório:

Orientação de
Estágio:

Professor(es) responsável(is): MANUELLA APARECIDA FELIX DE LIMA

2 – EMENTA / BASES

A disciplina trata da análise dos fundamentos teórico-práticos da multidimensionalidade do processo de ensino e aprendizagem, atentando para a compreensão dos pressupostos políticos que estão subjacentes ao ato do planejamento didático, rompendo a dimensão técnica do conhecimento.

3 – OBJETIVOS

Compreender a didática como processo educacional que envolve todas as ações do ensinar e do aprender e conhecer vários métodos de ensino e suas interferências na aprendizagem dos alunos. Refletir sobre a didática e sua evolução histórica, como referência para superação da visão tradicional. Estudar as ações de planejar e avaliar a partir de pressupostos metodológicos, políticos e sociais. Estudar as relações entre aluno e professor como possibilidade de construção de conhecimentos. Estudar a sala de aula em contexto, formado pelas relações pedagógicas entre alunos e professores, mas que para ser analisada não prescinde da compreensão da escola e da sociedade.

4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A didática e sua evolução histórica. Análise da sala de aula como contexto formado por sujeitos mediados pela realidade. Fundamentos teóricos do processo de ensino e aprendizagem. O papel da didática na formação do educador. A organização do trabalho pedagógico.

5 – METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas, trabalhos em grupo e avaliações individuais.

6 – RECURSOS DIDÁTICOS.

Lousa, giz e retroprojetor.

7 – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão contínuas, aplicadas diariamente através de trabalhos em grupo e avaliações individuais.

7.1– RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação será paralela, em forma de exposição oral pelo professor e debates das respostas das avaliações aplicadas diariamente, resgatando as respostas dos alunos para compreensão do conhecimento.

7.2– RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Caso algum aluno, ainda que com a recuperação paralela, não consiga atingir a média necessária para aprovação, será realizada a recuperação final, sendo esta uma avaliação individual contendo o conteúdo do módulo.

8 – BIBLIOGRAFIA:

8.1 - BÁSICA:

ANTUNES, Celso. Professores e Professores: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. Fundamentos de didática. Curitiba: Ibpex, 2008.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org). Técnicas de ensino: por que não? 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

8.2 - COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Transposição Didática:** por onde começar? 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011

OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Alternativas no ensino de didática.** 10 ed. Campinas: Papirus, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Saberes da docência)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Técnicas de Ensino:** Novos Tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papirus, 2008.



1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Seminários de prática Docente 1	Código: SP1
---------------------------------------------------------------	--------------------

Ano/ Semestre: 1º. Semestre	Nº aulas semanais: 8
------------------------------------	-----------------------------

Total de aulas: 38	Total de horas: 32
---------------------------	---------------------------

2- EMENTA:

Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e analisada pelos professores-estudantes participantes do programa de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

3-OBJETIVOS:

Trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas. Integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares. Buscar outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente. Sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente. Desencadear uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos professores estudantes, assim como das vivências dos estágios. Sistematizar as discussões a partir da produção de artigos ou demais produtos afetos ao desenvolvimento pedagógico.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Seminários integralizadores baseados em temas geradores e situações problema .
Entre os possíveis temas serão trabalhados: Teorias de ensino aprendizagem: comportamental, cognitiva e socio-histórica. Uso de recursos didáticos na educação profissional: livro didático, laboratório, recursos audiovisuais e computador. Uso de Tecnologias da informação na prática didática. Avaliação das atividades de ensino. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Fracasso e exclusão escolar. Evasão escolar. Planejamento de atividades práticas e experimentação. Elaboração e implementação de projetos disciplinares e interdisciplinares. Análise/elaboração de planejamento curricular – planos de curso e de aula.

5-BIBLIOGRAFIA :

BÁSICA

FAZENDA, I. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo : Cortez, 2010.
PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Saberes da docência).
SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro : Lamparina, 2007.

COMPLEMENTAR

MOREIRA, A. (Org). **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas : Papyrus, 2010.
MICHALISZYN, Mário Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa**. Orientações e Normas para Elaboração de Projetos , Monografias e Artigos Científicos. Petrópolis :Vozes, 2007.
OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Alternativas no ensino de didática**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2011.
SEVERINO, A. J.**Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2007
VEIGA, Ilma PassosAlencasro (Org). **Técnicas de Ensino: Novos Tempos, novas configurações**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.



1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Políticas Públicas e Organização da Educação Básica **Código:** POE

Ano/ Semestre: 2º. semestre **Nº aulas semanais:** até 8

Total de aulas: 38 **Total de horas:** 32

2- EMENTA:

A presente disciplina estuda as políticas públicas e a organização da educação básica no Brasil enfatizando os princípios legais e suas relações com o desenvolvimento social e econômico no âmbito da globalização/mundialização. Para tanto se analisará as políticas neoliberais e como ela se reflete na educação tomando as demandas sociais como ponto de reflexão e crítica para se pensar uma educação democrática.

3-OBJETIVOS:

Conhecer perspectivas analíticas que enfocam o estado e suas políticas. Analisar as políticas públicas num contexto de globalização/mundialização e seus impactos na organização da educação. Discutir o papel do estado na construção de uma educação democrática. Estudar a organização do sistema de ensino brasileiro prevista na LDB nº 9.394/96, quanto à sua ordenação administrativa, didática e curricular. Analisar as políticas educacionais implementadas na Educação Profissional.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Estado e Políticas Públicas: Caracterização geral do Estado e perspectivas analíticas para a explicação de suas políticas. O impacto da Economia global na sociedade contemporânea e as políticas educacionais. Análise da relação Estado e mercado. Compromissos sociais do estado com a educação básica.

Organização da Educação e as Políticas Públicas: Sistema Escolar: princípios, concepções e notas históricas sobre sua construção. Educação brasileira: centralização/descentralização, qualidade/quantidade; público/privado. O contexto da implantação da LDB nº 9.394/96 e seus princípios. Educação básica: níveis e modalidades. Democratização do acesso e garantia de permanência. O financiamento da Educação Básica Brasileira. O ensino Profissionalizante e suas diretrizes. Plano Nacional de Educação.

5-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da Escola Pública**. São Paulo: Xamã, 2008.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação LDB : trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP : Autores Associados, 2008.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.de. **Política educacional**. Rio de Janeiro : Lamparina, 2007.

6-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio : construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. São Paulo: Xamã, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas : Autores Associados, 2008.

VIEIRA, S. L.. **Política educacional em tempos de transição (1985-1995)**. Brasília : Liber Livro, 2008.



1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Escola e Currículo

Código:ESC

Ano/ Semestre: 2º. Semestre

Nº aulas semanais: até 8

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2- EMENTA:

A disciplina discute os fundamentos e concepções de currículo, enfatizando a sua história a partir da idéia do currículo como artefato cultural e social. Dessa forma trabalha as determinações sociais da história a da produção contextual do currículo, observando as relações de poder, o debate no âmbito da disciplina e da interdisciplinaridade, as práticas escolares, a ideologia do livro didático e dos documentos oficiais. Assim, busca-se a compreensão de currículo de maneira integrada e contextual compreendendo-o como campo de análise crítica e sociológica.

3-OBJETIVOS:

Estudar concepções de currículo na atual produção teórica. Estudar a história das disciplinas escolares e a interdisciplinaridade. Analisar diferentes concepções curriculares na perspectiva histórica. Discutir a ideologia do livro didático e dos documentos oficiais. Aprofundar a concepção da tradição crítica e sociológica do currículo. Analisar a relação entre currículo e políticas públicas. Analisar a avaliação como instrumento de poder e revisão do currículo.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Concepções fundamentais sobre currículo: Teoria do currículo: notas históricas. Currículo, disciplina, interdisciplinaridade.

Currículo e prática docente: Currículo e práticas pedagógicas. Currículo e avaliação. Livro didático e ideologia. Currículo e a diversidade cultural.

5-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GENTIL, H. S. & MICHELS, M. H. (org). Práticas Pedagógicas: política, currículo e espaço escolar. Araraquara, SP : Junqueira & Marin; Brasília, DF :CAPES, 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira et. alli. (orgs). **Currículo e Contemporaneidade:** questões emergentes. Campinas : Editora Alínea, 2011.

MARCONDES, Martha Aparecida Santana (org). **Temas Transversais e Currículo.** Brasília : Liber Livro Editora, 2008

MOREIRA, A. (org). **Currículo: Políticas e práticas.** Campinas, SP : Papyrus, 2010.

6-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

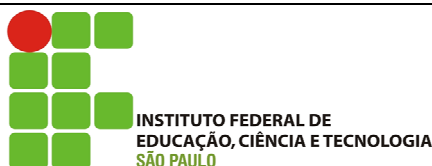
LOMBARDI, J. C. & SAVIANI, D. (orgs). **História, Educação e Transformação.** Tendências e perspectivas para a Educação pública no Brasil. Campinas, SP : Autores Associados, 2011.

MACHADO, Nilson José. **Educação, competência e qualidade.** São Paulo : Escrituras Editora, 2009.

MOREIRA, A. F. & TADEU, Tomaz (orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo : Cortez, 2011.

PEREIRA, Maria Zuleide et. alii.(orgs). **Currículo e contemporaneidade;** questões emergentes. Campinas, SP : Editora Alínea, 2011.

SACRISTAN, José Gimeno. **A Educação que ainda é possível.** Ensaio sobre uma cultura para a Educação. Porto Alegre : Artmed, 2007.



1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Fundamentos da Didática e metodologia de ensino 2*

Código:DM2

Ano/ Semestre: 2º semestre

Total de Horas: 32

2- EMENTA:

A disciplina trata da análise das metodologias de ensino e dos processos avaliativos vivenciados na instituição escolar; na busca da construção de um trabalho docente que conceba a múltipla implicação das dimensões política, técnica e humana.

3-OBJETIVOS:

Analisar o trabalho docente a partir da relação entre as dimensões institucional/organizacional, pedagógica/política, filosófica/epistemológica. Estudar metodologia do ensino como agente estruturante da prática docente.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

O ato de planejar: concepções de objetivos, ementas, conteúdos programáticos, atividade e metodologia. A avaliação da aprendizagem: concepções, objetivos e práticas. A organização do trabalho pedagógico.

5-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas : Papyrus, 2011.
HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre ; Mediação, 2011.
VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org). **Técnicas de ensino: por que não?** 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Transposição Didática: por onde começar?** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
ANTUNES, Celso. **Professores e Professores:** reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Alternativas no ensino de didática**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2009.
.PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Saberes da docência).
TEIXEIRA, J.; NUNES, L. **Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada**. Rio de Janeiro : Wak, 2010

* Conforme deliberação do Conselho Superior, na disciplina de Fundamentos da Didática e Metodologia do Ensino 2, as turmas serão divididas por áreas/eixo de formação. Isso irá garantir as especificidades de ordem metodológica que envolvem o ensino e aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento e, em especial, a didática da educação profissional.

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Seminários de prática Docente 2	Código: SP2
---------------------------------------------------------------	--------------------

Ano/ Semestre: 2º. Semestre	Nº aulas semanais: 4
------------------------------------	-----------------------------

Total de aulas: 57	Total de horas: 42,8
---------------------------	-----------------------------

2- EMENTA:

Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e analisada pelos professores-estudantes participantes do programa de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

3-OBJETIVOS:

Trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas. Integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares. Buscar outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente. Sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente. Desencadear uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos professores estudantes, assim como das vivências dos estágios. Sistematizar as discussões a partir da produção de artigos ou demais produtos afetos ao desenvolvimento pedagógico.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Seminários integralizadores baseados em temas geradores e situações problema .
Dentre os possíveis temas serão trabalhados: Teorias de ensino aprendizagem: comportamental, cognitiva e socio-histórica. Uso de recursos didáticos na educação profissional: livro didático, laboratório, recursos audiovisuais e computador. Uso de Tecnologias da informação na prática didática. Avaliação das atividades de ensino. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Fracasso e exclusão escolar. Evasão escolar. Planejamento de atividades práticas e experimentação. Elaboração e implementação de projetos disciplinares e interdisciplinares. Análise/elaboração de planejamento curricular – planos de curso e de aula.

5-BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

FAZENDA, I. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo : Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Saberes da docência).

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro : Lamparina, 2007.

COMPLEMENTAR

MOREIRA, A. (Org). **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas : Papirus, 2010.

MICHALISZYN, Mário Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa**. Orientações e Normas para Elaboração de Projetos , Monografias e Artigos Científicos. Petrópolis :Vozes, 2007.

OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Alternativas no ensino de didática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2011.

SEVERINO, A. J.**Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2007

VEIGA, Ilma PassosAlencasro (Org). **Técnicas de Ensino: Novos Tempos, novas configurações**. Campinas, SP: Papirus, 2006.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Componente curricular: Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) **Código:** LBS1

Ano/ Semestre: 2º Semestre

Nº aulas semanais: 8

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2- EMENTA:

Introduzir o ouvinte à Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Criar oportunidade para a prática de LIBRAS e ampliar o conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo. Ensino com base nas competências e habilidades. Novas tendências pedagógicas e sua ação social tendo como base uma sociedade inclusiva. Vincular a unidade didática às práticas pedagógicas norteadoras do estágio supervisionado, no contexto das práticas educativas.

3-OBJETIVOS:

Domínio básico da Língua de Sinais Brasileira, incluir no processo de escolarização os alunos com Deficiência Auditiva/Surdez; Desenvolver: observação, investigação, pesquisa, síntese e reflexão no que se refere à inclusão de pessoas surdas, buscando práticas que propiciem a acessibilidade, permanência e qualidade de atendimento no contexto escolar. Reconhecer o seu papel de educador, que busca a inclusão de todos, articulando os conhecimentos e as características de personalidade, que caracterizam a competência no contexto social.

4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Aspectos históricos da surdez e da modalidade gestual-visual de fala na antiguidade e na modernidade. As correntes filosóficas: Oralismo, Comunicação Total, Bimodalismo e Bilinguismo. A LIBRAS como língua; restrições linguísticas da modalidade de língua gestual-visual. A educação dos Surdos no Brasil, legislação e o intérprete de LIBRAS. Distinção entre língua e linguagem. Aspectos gramaticais da LIBRAS. Lei nº 10.098 e Decreto nº 5.626. Aspectos emocionais do diagnóstico da surdez e os recursos tecnológicos que auxiliam a vida do surdo. Cultura surda. Sinais de alfabeto, números, clichês sociais, identificação pessoal, tempo, cumprimentos, verbos, calendário, natureza, cores, profissões, meios de transporte, vestuário, lugares, animais, família, meios de comunicação, antônimos, cidades e estados brasileiros, atitudes e sentimentos. Classificadores.

5-METODOLOGIAS:

As diferentes estratégias de ensino utilizadas serão: aulas expositivas e dialogais; exercícios teórico-práticos; pesquisas realizadas individualmente ou em grupos; análise de situações-problema.

6-RECURSOS DIDÁTICOS:

Giz e lousa, dispositivos de multimídia, vídeos, demonstrações.

7-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A critério do Professor responsável pela disciplina.

8-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro : Wak, 2009.

CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D; MAURÍCIO, A. L. **Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

[GESSER, AUDREI](#). **Libras – que língua é essa?** São Paulo : Editora Parábola, 2009.

9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo : Global Editora, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro : WVA , 2009.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

[PEREIRA, MARIA CRISTINA DA CUNHA](#). **LIBRAS - conhecimento além dos sinais**. São Paulo : Pearson Brasil, 2011.

SKILAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

8 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado deverá seguir os preceitos legais das Normas Acadêmicas e da Resolução nº1, de 21 de janeiro de 2004 do IFSP; da LDB nº 9.394/96, assim como a Resolução do CNE nº 2, de 26 de junho de 1997 que estabelece a carga horária de 300 horas a ser desenvolvida em instituições de ensino básico, vedada a oferta exclusiva ao final do curso, portanto, devendo ser iniciado no prazo máximo de trinta dias, contados a partir do primeiro dia letivo do curso. Terá enfoque não apenas no trabalho em sala de aula, mas em todas as atividades específicas da vida escolar, como o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro, reuniões pedagógicas, eventos com a comunidade escolar e toda a realidade da escola.

Ainda no que tange às prerrogativas legais, os estudantes participantes do curso que estiverem ministrando aulas da disciplina que pretendam habilitar-se poderão incorporar o trabalho como capacitação em serviço, desde que supervisionado pelo IFSP. Neste sentido, o Instituto tem a responsabilidade da supervisão de todo o Estágio Curricular, desde a sua operacionalização e vivência até a sua validação, ou seja, deverá buscar a institucionalização dos campos de estágio.

Através da institucionalização dos campos de estágio, buscar-se-á a integração do Instituto com as escolas de Educação Básica a fim de integrar o projeto do curso de formação e os projetos pedagógicos destas escolas, assim como atender as necessidades geográficas e profissionais dos professores-estudantes, consolidando a co-responsabilidade e o trabalho coletivo entre os professores-formadores e os estudantes-professores.

A indissociabilidade entre teoria e prática é o eixo norteador do estágio. Nele busca-se compreender a escola com as suas relações de forças sociais, suas lutas político-pedagógicas, pois é ela que exerce a dupla função social de formar intelectuais das classes fundamentais e difundir uma concepção de mundo. Assim, o estágio se desenvolverá a partir de um olhar sobre a totalidade da instituição escola e nela a sala de aula e suas relações pedagógicas.

O Estágio Supervisionado está, então, diretamente vinculado a todas as disciplinas e indiretamente ao conjunto que sistematiza a prática pedagógica/escolar do professor participante desse Curso de Formação Especial. Tem por objetivo, colocar o licenciando em situação real do que ocorre no ensino técnico profissionalizante, explicitando o contexto onde se constrói/produz a aprendizagem. Deve permitir, também, que o estagiário vivencie as estruturas de conhecimento e de poder que permeiam a Escola, reforçando a análise das

condições concretas de aquisição e sistematização o saber com vistas a sua intervenção/mudança. Nesse sentido, busca condições para que os participantes avaliem e incorporem uma postura crítica e criativa, levando em conta:

- desvendar a complexidade das relações tecnológicas e sua relevância no processo social;
- explicitar os mecanismos que comandam a aprendizagem do ensino técnico profissionalizante e suas relações com o conhecimento formal;
- conhecer a realidade complexa das redes de ensino;
- entender e participar das relações e tensões presentes na unidade educacional onde atua ou escola campo onde desenvolve seu estágio;
- analisar os anseios dos diversos segmentos envolvidos no processo educacional;
- compreender o papel social, político, cultural e educacional que a escola tem desempenhado na formação do trabalhador;
- reconhecer o papel do professor na elaboração dos projetos veiculados na comunidade escolar.

Assim, a realização do estágio supervisionado deverá permitir ao participante vivenciar o cotidiano que permeia as ações didático-pedagógicas nas escolas e levar a incorporação de um repertório que contribua para uma discussão mais abrangente e significativa no plano de sua formação. Dessa forma, teoria e prática emergem de uma *praxis* que vai produzindo uma identidade para as concepções didático pedagógicas e materializando procedimentos possíveis de serem incorporados no cotidiano escolar da formação técnico profissional tendo o conteúdo específico como elemento aglutinador dessa reflexão.

8.1 Projeto de estágio supervisionado:

O participante deverá desenvolver suas atividades de estágio contando com um **Projeto de Estágio**⁵ que incorpora: diagnóstico/observação/regência/participação a partir da possibilidade de vivenciar e interagir com uma Escola/sala de aula onde atua ou “escola campo” objeto do estágio e buscar nexos que possam estruturar seu pensamento e sua prática. Assim, enquanto elemento atuante de uma experiência de ensino, o licenciando pode se tornar

⁵ Consta nos anexos o modelo de relatório a ser preenchido pelo aluno.

capaz de compreender o processo da aprendizagem em todos os seus aspectos e, dessa forma, analisar o seu papel enquanto veiculador de um conhecimento que expressa uma maneira de compreender o mundo, compartilhando com o grupo que compõe a “escola campo” seus conflitos e contradições numa perspectiva crítica que expressa autonomia frente ao conhecimento e a tarefa de ensinar.

A elaboração do **Projeto de Estágio** pressupõe, num primeiro momento, o inventário das situações que conformam a realidade escolar, a partir de um processo coletivo de discussão, remetendo para a construção de documentos diagnósticos que devem subsidiar a consecução de uma proposta de atuação do estagiário na denominada “escola campo”, o que permite sistematizar a teoria explicitada no Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP e os preceitos significativos da prática educativa. É nesse contexto que se organiza a filosofia, as concepções e a estrutura desse Projeto. Trata-se, portanto, de uma tarefa coletiva que dialeticamente se altera na medida em que novas questões vão se explicitando.

Para a realização desse projeto é necessário:

- conhecer a estrutura e o trabalho em uma “escola campo”: seus problemas e perspectivas concretas de atuação;
- reconhecer o trabalho do professor dessa escola enquanto elemento difusor de um conhecimento reiterativo (mantenedor) ou emancipatório (transformador);
- refletir sobre a produção do conhecimento em geral e do ensino técnico profissionalizante particularmente;
- tomar contato e observar o encaminhamento / desenvolvimento de projetos educacionais disciplinares e interdisciplinares veiculados pela “escola campo”;
- discutir e propor formas de atuação dos professores em nível de outras metodologias;
- compreender a relevância de projetos no exercício da prática profissional do professor;
- instigar a reflexão no âmbito da interdisciplinaridade enquanto requisito fundamental na realização de projetos educacionais.

Esses objetivos deverão relacionar conteúdos que, no âmbito da teoria, indica reflexões que articulam propostas concretas relacionadas aos núcleos:

- **NÚCLEO CONTEXTUAL:**
 - História da Educação

- Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação
- Políticas Públicas e Organização da Educação Básica
- NÚCLEO ESTRUTURAL:
 - Escola e Currículo
 - Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino
- NÚCLEO INTEGRADOR:
 - Seminários da Prática Docente
 - Estágio Curricular Supervisionado

A supervisão do Estágio deverá ser proposta pela coordenação do curso e inserida neste projeto.

Conforme deliberado pelo Conselho Superior, o acompanhamento da formação em serviço/estágio será feito in loco, e para os alunos não docentes, será realizado com atividades de regência. Isso deve garantir a prática profissional docente nas atividades de estágio supervisionado e a avaliação da prática dos professores/alunos, no caso da validação da experiência docente.

9 – APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Na verdade, o Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP expressa, concretamente, uma postura de formação do professor que reconhece o aproveitamento de estudos visto que ele, na sua essência, é expressão desse movimento. Quando se reconhece que o professor das disciplinas técnicas tem a experiência vinculada a uma formação específica e distante dos preceitos fundamentais ao exercício do magistério se explicita uma concepção de educação estruturada pela articulação entre conhecimento específico, saber pedagógico e experiência de vida. Nesse conjunto, todo o conhecimento adquirido pelo professor participante desse “curso” é reconhecido como experiência e deve ser aproveitada como referência de estudo. Nesse sentido, é que o presente Curso não prevê formalmente nenhum tipo de aproveitamento de estudos.

10 – ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento ao aluno será amplo e restrito às disponibilidades de recursos do Campus e a estrutura do regimento interno do *Campus*.

Como proposta de atendimento, sugere-se a utilização de complementação de carga horária do professor para atendimento ao aluno e, além disso, a utilização de monitores para o apoio as atividades de ensino.

O serviço de orientação educacional se faz necessário, atendendo e encaminhando os alunos, principalmente os que apresentarem resultados ou comportamentos inadequados para sua boa formação. Sendo assim, o aluno que faltar por um período a ser determinado será encaminhado ao setor de orientação educacional, bem como aquele que não apresentar um resultado satisfatório em suas avaliações. O professor deverá encaminhar o aluno ao setor, sempre que achar necessário.

O atendimento educacional deverá motivar, envolver e ajudar o aluno para que este continue na escola e supere seus problemas. Todo aluno, antes de trancar ou cancelar sua matrícula deverá passar pela orientação educacional, buscando as condições para que o aluno possa acompanhar o curso.

O envolvimento da sociedade é fundamental neste processo. A Instituição deverá trabalhar com estratégia de motivação e desenvolvimento de atratividades para os alunos.

11 - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será processual de acordo com as normas acadêmicas do Instituto Federal de São Paulo e alinhada às prerrogativas legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Dessa forma tem em seus princípios a compreensão do ensino e da aprendizagem como processo social e cultural que deverá ser avaliado processual e continuamente, de maneira cumulativa na qual os resultados qualitativos se sobreponham aos quantitativos.

12 – MODELO DE CERTIFICADO (APÊNDICE)

O concluinte receberá certificado e registro profissional equivalentes à licenciatura plena.

13 – NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Estruturante (NDE) é o conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Em princípio, até o ingresso de novos docentes, o NDE será constituído por

Mestre em Educação Profissional - Carmem Monteiro Fernandes

Doutora em Educação Matemática - Zionice Garbelini Martos Rodrigues

Mestre em Matemática – Manuela Aparecida Felix de Lima

14 - CORPO DOCENTE

O corpo docente será definido entre os servidores do IFSP, Campus Birigui ou outros campi, que possuam titulação correspondente às exigências legais.

São profissionais já comprometidos com o trabalho docente no Programa Especial de Formação Pedagógica, os seguintes:

Nome do Professor	Titulação	Módulos/disciplinas
Roberto Biscaro Rillo	Doutor	História da Educação
José Renato Campos	Mestre	Políticas públicas e organização da Educação Básica
Éder Fonzar Granato	Mestre	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2 Seminários de Prática Docente 2
Manuela Aparecida Felix de Lima	Mestre	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 1
Regis Leandro Braghim Stabile	Doutorando	Políticas públicas e organização da Educação Básica
Marcos Roberto Ruybal Bica	Especialista	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2 Seminários de Prática Docente 2
Robson de Miranda Soares	Doutor	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2 Seminários de Prática Docente 2
Rogério Pinto Alexandre	Mestre	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2 Seminários de Prática Docente 2
Zionice Garbelini Martos Rodrigues	Doutora	Seminários de Prática Docente 1 Seminários de Prática Docente 2 Escola e currículo Supervisão de estágios
Suéllen Keiki Hara Takahama Costa	Especialista	Língua Brasileira de Sinais
Luiz Fernando da Costa Zonetti	Mestre	Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação Supervisão de estágios
Karina Mitiko Toma	Licenciada	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2 Seminários de Prática Docente 2

15. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

O acompanhamento pedagógico e as atividades administrativas relativas ao Programa serão de responsabilidade do corpo-técnico administrativo e pedagógico do IFSP – Campus Birigui, abaixo indicado:

Nome do Servidor	Formação	Cargo/Função
Aline Graciele Mendonça	Pedagogia	Pedagoga
Maira Pincerato Andózia	Especialista em psicopedagogia	Técnica em Assuntos Educacionais
Alessandro C. dos Santos	Licenciado em Matemática	Assistente em administração
Tiago A. Rossato	Graduado	Assistente em administração
Bibliotecária	Biblioteconomia	Em processo de contratação
Marcos Roberto Ruybal Bica	Mestre	Gerente educacional
Robson de Miranda Soares	Doutorado	Gerente administrativo
Carmem Fernandes Monteiro	Mestre	Diretora geral
Heloisa Santa Rosa Stabile	Tecnologia em processamento de dados	Assistente em administração
Roberto Bísvaro Rillo	Doutor	Professor do Ensino Básico técnico e tecnológico
Antonio Pedroso	Especialista	Coordenador
Anderson Lahr	Licenciado	

17 - BIBLIOGRAFIA:

FAZENDA, I. **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1992, p.88.

FONSECA, C. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.

MATIAS, C. R. *Reforma da Educação Profissional na Unidade de Sertãozinho do CEFET/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2004

PINTO, G. T. *Oitenta e Dois Anos Depois: Relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São Paulo*. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.

CERTIFICADO

*O Diretor Geral do Campus São Paulo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no uso de suas atribuições
certifica que*

XXXXXXXXXX

*Nacionalidade Brasileira, natural do Estado do (naturalidade), nascido(a) em (data de nascimento),
Cédula de Identidade RG (nº), CPF (nº.) concluiu com aproveitamento e frequência o CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO, estando HABILITADO EM
LICENCIATURA PLENA PARA AS DISCIPLINAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NA
ÁREA xxxxxxxxxx, em (data), a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

São Paulo, (data de expedição).

Programa Especial Curso De Formação Pedagógica De Docentes
Da Educação Profissional Em Nível Médio , reconhecido pela
Portaria nº _____, de ___/___/_____, publicado no
D.O.U. nº _____, seção _____, página nº _____ de
/ / .

Certificado expedido pela Diretoria de Graduação, do **IFSP**, em
28 de novembro de 2012.

assinatura
carimbo com nome/cargo/setor

**MEC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de São Paulo**

Registro com validade em todo o território nacional,
conforme Lei nº 9.394 de 20/12/1996, e Lei nº 11.892, de
29/12/2008, art. 2º, § 3º, Livro nº _____, às folhas nº
_____.

São Paulo, 28 de novembro de 2012

Coord. de Registros Escolares

Apostila

